

Como já era esperado, as denúncias das operações Quadro Negro e Publicano dominaram os debates na abertura dos trabalhos na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, ontem. Por conta das citações de membros da Mesa Executiva da Casa no esquema de desvio de recursos de obras de colégios estaduais, a bancada da oposição propôs a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Na primeira sessão do ano, não há ordem do dia, isto é, pauta de votações.

Estão sob suspeita o presidente da AL, Ademar Traiano (PSDB); o primeiro-secretário, Plauto Miró (DEM); e o conselheiro do Tribunal de Contas (TC) Durval Amaral, pai do deputado estadual Tiago Amaral (PSB) e ex-chefe da Casa Civil no governo Beto Richa (PSDB). "Todo e qualquer recurso de campanha eleitoral está declarado tanto pelo governador como por mim. Não há nenhum valor financeiro de caixa dois. Portanto, não tenho nada a temer e tenho apenas a dizer que é inconsequente e irresponsável a forma como foi feita a denúncia", disse Traiano.

Assim como Beto, o chefe do Legislativo atribuiu as acusações a uma "armação política muito grande" de adversários para desviar o foco dos escândalos de corrupção que atingem o PT e o governo federal. Segundo ele, não cabe à AL investigar o caso, e sim ao Ministério Público. "Mas, se a oposição tiver número, o presidente instala", completou. Para que a CPI saia do papel, são necessárias ao menos 18 assinaturas, o que no momento parece improvável. A bancada aliada possui 33 dos 54 membros – os demais se dividem entre "independentes" e oposicionistas.

Líder do governo, Luiz Cláudio Romanelli (PMDB) também se mostrou contrário à Comissão. "Tenho uma visão muito própria minha em relação a CPI. Entendo que ela é necessária quando você não tem uma atuação efetiva de algum órgão fiscalizador. Neste caso específico (Quadro Negro), nós já temos ajuizada uma ação na esfera administrativa", argumentou. Devido à resistência dos governistas, o líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), contou que pretende primeiro fazer uma reunião com setores da sociedade civil, para discutir a questão e buscar apoio. O petista também defendeu o afastamento de Traiano e Plauto, caso as denúncias se confirmem.

[Fonte: Folha de Londrina, 03 de fevereiro de 2016](#)